

Requerimento do Servidor

Ilmo. Diretor da Unidade _____ e
chefe imediato do setor _____

Eu, _____, brasileiro(a),
servidor(a) público(a) do Estado do Rio Grande do Norte,
matricula _____, lotado(a) no _____,
com o cargo de _____ vem **através desse documento
apresentar as seguintes considerações e no final requerer:**

Em 23 de março de 2020 a Juíza PATRICIA GONDIM MOREIRA PEREIRA da 1ª
Vara da Fazenda Pública de Natal, diante de ação judicial protocolada pelo Sindaúde -
RN, processo nº 0810897-59.2020.8.20.5001, assim decidiu:

(...) Ante o exposto, forte no art. 300 do NCPC, defiro a tutela de urgência para determinar que todos os(as) servidores(as) da saúde do Rio Grande do Norte, sem distinção entre setor administrativo e setor da assistência, que estejam classificados como imunodeficientes ou com doenças preexistentes crônicas ou graves, bem como as gestantes e lactentes sejam colocados em trabalho remoto, para que exerçam suas atividades a partir de suas residências e com o cumprimento de sua jornada de trabalho, preservado o pagamento de sua remuneração.(...)

Da leitura da r. decisão verificamos que a todos os servidores da saúde da assistência e do administrativo classificados como imunodeficientes ou com doenças preexistentes crônicas ou graves, bem como as gestantes e lactentes devem ser afastado de suas funções nas unidades de saúde e colocado em trabalho remoto imediatamente, preservando o pagamento de suas remunerações.

Diante do exposto, venho através deste documento requerer o cumprimento desta decisão judicial por parte da SESAP, das direções de hospitais e

demais unidades e das chefias imediatas, sendo tomada todas as providências administrativas por estas para que seja garantido a minha imediata ida/permanecia em casa e o trabalho remoto uma vez como consta em auto declaração em anexo faço parte do grupo de risco beneficiado com a decisão, como condição de garantia da minha vida, em respeito a decisão judicial, a Instrução Normativa nº 21, o princípio constitucional da proteção e preservação da saúde previsto nos arts 6º e 196 da Constituição Federal, do princípio fundamental da dignidade da pessoa(CF, art. 1º, III) e do direito á saúde do trabalhador(CF arts. 7º, XXII e XXVIII, 200, VIII).

Encaminho em anexo minha auto declaração elaborada nos termos do Anexo I das Portarias 757 e 758/2020 e a da decisão judicial.

Termos em que pede deferimento,

Natal, _____ de _____ de 2020

Servidor(a)